

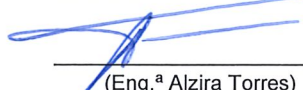
9.2 ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE – LOTE 4 – QUINTA DA FONTE:

Da **DMOSM**, submetendo para aprovação do Executivo Municipal, a proposta de indemnização por prorrogação de prazo – Aprovação da indemnização referente à manutenção do estaleiro e de todos os trabalhos considerados acessórios à execução dos trabalhos, no valor de 13.158,18 € + IVA, conforme documentos anexos, com vista à reposição do equilíbrio financeiro.

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,



(Eng.ª Alzira Torres)

2020 08 / 20

Despacho:



O Presidente,



(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

20/08/21

Órgão competente: Câmara Municipal de Braga

Empreitada: “ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE – **LOTE 4 – QUINTA DA FONTE**”

Assunto: Indemnização por prorrogação de prazo - Aprovação da indemnização referente à manutenção do estaleiro, com vista à reposição do equilíbrio financeiro

Propõe-se a **aprovação**, pela Câmara Municipal, da proposta de indemnização por manutenção do estaleiro e de todos os trabalhos considerados acessórios à execução dos trabalhos, **no valor de 13.158,18€ + IVA** conforme documentos anexos, com vista á reposição do equilíbrio financeiro.

20 de agosto de 2020

A Gestora do Contrato,

Anexo:

Informação técnica;



Processo Obra: 2019/300.10.001/286

Registo de entrada: E/26122/2020 de 25/06/2020

Requerente: Alexandre Barbosa Borges, SA

Informação: 42406 de 19/08/2020

Assunto: Eliminação de Barreiras Urbanísticas e arquitetónicas - Lote 4 - Quinta da Fonte - resposta ao pedido de indemnização por prorrogação de prazo (E/35218 de 12/08/2020)

PEDIDO APRESENTADO:

A entidade executante da empreitada do Lote 4 – Quinta da Fonte apresentou um pedido de indemnização por prorrogação de prazo em 12/08/2020, referente à manutenção do estaleiro e de todos os trabalhos considerados preparatórios e acessórios à execução dos trabalhos, no valor de 16.450,07€, calculada com base no valor diário do estaleiro, de acordo com o seguinte;

artigo 0.1: $56.400,24\text{€} / 240 \text{ dias} = 235,00\text{€/dia} \rightarrow 70 \text{ dias} \times 235,00\text{€/dia} = 16.450,00\text{€}$

ANÁLISE:

Analisada a pretensão da empresa Alexandre Barbosa Borges, SA, cumpre-me informar o seguinte:

A reposição do equilíbrio financeiro do contrato, tratado de forma ampla e abrangente no artigo 282.º do *Código dos Contratos Públicos*, mas de forma particular para as empreitadas de obras públicas no artigo 354.º, é um instituto destinado a assegurar ao cocontratante particular o respeito da **equação económico-financeira** subjacente à base contratual, sempre que a mesma tenha sido desequilibrada.

Neste caso concreto, e por força das modificações objetivas do contrato, traduzidas em trabalhos complementares e prorrogações de prazo devidamente fundamentadas e aprovadas, os pressupostos inicialmente outorgados foram alterados pondo em causa a equação económico-financeira subjacente.

O prazo total da empreitada foi prorrogado por 70 dias, sendo 10 dias devido a trabalhos complementares, 30 dias devido a diversos constrangimentos e desvios na execução dos trabalhos e 30 dias devido à suspensão parcial dos trabalhos devido a reformulações do projeto, conforme consta da resposta ao pedido de prorrogação de prazo formulada na informação I/17526 de 14/04/2020.

O pedido de indemnização agora apresentado refere-se às despesas relacionadas com a manutenção do estaleiro durante o prazo de 70 dias e a todos os trabalhos incluídos no artigo 0.1 da lista de preços unitários.

O artigo 0.1 tem um preço unitário de 56.400,24€, valor previsto para 240 dias (8 meses) de prazo, tendo sido faturado um valor inicial de 20% (auto de medição n.º1) e estabelecido um valor mensal de 5.640,02€, correspondente a 10% do valor do artigo, para manutenção do estaleiro e de todos os trabalhos considerados acessórios à execução dos trabalhos.



Tendo em conta que a prorrogação de prazo concedida que confere direito à reposição do equilíbrio financeiro são 70 dias (2,33 meses), o valor da indemnização deverá corresponder a 23,33% do valor do artigo 0.1 (10% x 2 + 3,33%).

Face ao atrás exposto, o valor da indemnização solicitada deverá ter o valor de 13.158,18€, e não de 16.450,00€ conforme apresentado pelo cocontratante, salvaguardando-se assim o prescrito no n.º6 do artigo 282º do CCP "*A reposição do equilíbrio financeiro não pode colocar qualquer das partes em situação mais favorável que a que resultava do equilíbrio financeiro inicialmente estabelecido, não podendo cobrir eventuais perdas que já decorriam desse equilíbrio ou eram inerentes ao risco próprio do contrato*".

PROPOSTA

Nestes termos propõe-se a **aprovação**, pela Câmara Municipal, **do valor de 13.158,18€**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, como indemnização devida à prorrogação de prazo, com vista à reposição do equilíbrio financeiro, para o que deverá ser previamente registado o cabimento / compromisso.

Braga, 18 de Agosto de 2020

Divisão de Fiscalização de Empreitadas

A gestora do contrato,